

A TRANSMISSÃO GERACIONAL DA VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO CONJUGAL GENERATIONAL TRANSMISSION OF VIOLENCE IN INTIMATE RELATIONSHIPS

Aline Silva de Oliveira Rodrigues¹, Lilian Duligan Baia de Oliva²

1 Aluna do Curso de Psicologia pela Faculdade Promove de Sete Lagoas

2 Orientadora e Professora do curso de Psicologia pela Faculdade Promove de Sete Lagoas

Resumo

A transmissão geracional da violência nas relações conjugais refere-se ao ciclo contínuo em que comportamentos violentos se perpetuam dentro das famílias. Filhos que crescem em ambientes de violência conjugal tendem a replicar esses padrões em seus próprios relacionamentos, afetando profundamente sua saúde mental e a dinâmica familiar. Compreender esse fenômeno é crucial para desenvolver intervenções que quebrem esse ciclo e incentivem relacionamentos saudáveis. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os fatores que levam ao desenvolvimento da violência conjugal, utilizando uma revisão bibliográfica de fontes como Scielo, Google Acadêmico, livros online e a biblioteca da Faculdade Promove de Sete Lagoas. A análise foi organizada nas categorias: casamento heteronormativo contemporâneo, família de origem e predisposição à violência, transmissão da violência e a visão sistêmica do processo transgeracional. Constatou-se que a exposição a ambientes familiares violentos, normas culturais que reforçam desigualdades de poder e padrões de comportamento abusivo internalizados desde a infância são fatores que contribuem para essa transmissão. Além disso, a abordagem sistêmica se mostrou eficaz ao tratar esses fatores de forma integrada, ajudando a identificar e modificar dinâmicas familiares prejudiciais, aumentar a conscientização sobre normas culturais nocivas e oferecer suporte para mudanças comportamentais. Com isso, é possível desenvolver estratégias abrangentes para interromper o ciclo de violência e promover relacionamentos conjugais saudáveis e equitativos.

Palavras-Chave: transgeracionalidade; família de origem; história da violência conjugal.

Abstract

The generational transmission of violence in marital relationships refers to the continuous cycle in which violent behaviors are perpetuated within families. Children who grow up in environments marked by marital violence tend to replicate these patterns in their own relationships, profoundly impacting their mental health and family dynamics. Understanding this phenomenon is crucial for developing interventions that break this cycle and promote healthy relationships. This research aimed to analyze the factors that lead to the development of marital violence, utilizing a literature review from sources such as Scielo, Google Scholar, online books, and the library of Faculdade Promove in Sete Lagoas. The analysis was organized into categories: contemporary heteronormative marriage, family of origin and predisposition to violence, transmission of violence, and the systemic view of the transgenerational process. It was found that exposure to violent family environments, cultural norms that reinforce power inequalities, and internalized abusive behavior patterns from childhood are contributing factors to this transmission. Furthermore, the systemic approach proved effective in addressing these factors in an integrated manner, helping to identify and modify harmful family dynamics, raise awareness of harmful cultural norms, and provide support for behavioral changes. Thus, it is possible to develop comprehensive strategies to break the cycle of violence and promote healthy and equitable marital relationships.

Keywords: Transgenerationality; Family of Origin; History of Domestic Violence.

Contato: aline.oliveira@soupromove.com.br; lilian.oliva@somospromove.com.br

Introdução

As transformações históricas e sociais ocorridas no século passado provocaram alterações significativas no interior da família e, por conseguinte, na maneira de analisar os relacionamentos conjugais. Desde os primórdios, a ideia de que o amor é a base do casamento tem sido predominantemente o suporte das sociedades ocidentais. Essa concepção trouxe uma nova perspectiva para as relações conjugais, tornando as pessoas mais exigentes e libertando-as das limitações puramente contratuais, introduzindo-as no curioso mundo dos afetos e das emoções. Paralelamente, devido às diversas expectativas em relação ao casamento, observamos cada vez mais o fim das relações e o surgimento de novos modelos de convivência em família. No entanto, apesar de visões fatalistas e pessimistas que preveem o colapso da família, para muitos, o casamento ou a união com outro indivíduo ainda é concebido como um projeto central e idealizado

para suas vidas (Duarte; Cidália, 2005).

Portanto, é possível afirmar que, apesar das transformações estruturais pelas quais tem passado, a família ainda se mantém como uma influência crucial no desenvolvimento psicológico dos indivíduos, que se espera que seja saudável e harmonioso. Talvez porque esse seja o estereótipo predominante das famílias, abordar as facetas negativas das relações conjugais possa ser particularmente desafiador, especialmente quando estas se baseiam no amor. Parece paradoxal a existência de comportamentos violentos dentro de relacionamentos que se supõem serem fundamentados no afeto. No entanto, o estudo das relações familiares e conjugais teve início na análise das razões que levam à disfuncionalidade e à ruptura familiar. Nesse contexto, surgiram a maioria das teorias sobre a conjugalidade e suas especificidades, como é o caso da abordagem sistêmica (Colossi; Marasca; Falcke, 2013).

Ainda segundo os autores Colossi, Marasca e Falcke (2013), não raro, o relacionamento entre

os parceiros, bem como suas dinâmicas internas, não segue um caminho funcional, pois o desenvolvimento de cada cônjuge pode ocorrer de forma desigual. Ou seja, os processos de crescimento nem sempre são convergentes ou ocorrem simultaneamente para ambos os membros do casal. Por isso, e por outros motivos também, os conflitos surgem de forma natural nas relações conjugais, pois são inerentes às interações humanas, mesmo nas relações que não estão caminhando para a dissolução. Apesar da conotação negativa frequentemente atribuída aos conflitos, veremos que existem alguns mitos relacionados aos aspectos do casamento. No caso da violência conjugal, a questão se torna ainda mais complexa.

Devido à situação de conflitos e violência presentes nos casamentos, este trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre a transmissão geracional da violência nas relações conjugais, sendo assim o objetivo deste, contribui para o avanço do conhecimento nessa área e propõe soluções práticas. Investigar os fatores que predisõem ao desencadeamento da violência nas relações conjugais oferece percepções valiosas para o desenvolvimento de estratégias preventivas e intervenções eficazes. Além disso, considerando o aumento significativo dos divórcios, uma pesquisa focada no conflito e na violência conjugal é fundamental para orientar políticas e programas de apoio à saúde mental das pessoas afetadas por essa violência. Essa análise pode ajudar a criar um ambiente mais seguro e saudável para as futuras gerações.

Através de uma perspectiva sistêmica no contexto familiar e conjugal, que considera que as relações e interações entre os membros de um sistema familiar são fundamentais para entender comportamentos e dinâmicas, é possível obter uma visão mais ampla das causas da violência. Em vez de focar apenas em indivíduos isoladamente, essa abordagem analisa como os membros se influenciam mutuamente e como as estruturas familiares impactam o funcionamento emocional e relacional (Cordeiro, 2020). Essa compreensão é essencial, pois permite identificar padrões que se perpetuam e, assim, desenvolver intervenções mais eficazes. Ao considerar a família como um todo, podemos abordar a violência de maneira mais integrada, promovendo mudanças que não apenas atendem às vítimas, mas também desafiam e transformam as dinâmicas familiares prejudiciais. Essa análise se alinha com o objetivo do presente trabalho de aprofundar a compreensão da transmissão geracional da violência, contribuindo para a elaboração de estratégias que possam interromper esse ciclo.

Para teoria sistêmica, a família é considerada a matriz de identidade de seus membros,

proporcionando um sentimento de pertencimento e, ao mesmo tempo, possibilitando a separação e a individuação de cada um (Costa, 2010). Féres-Carneiro (2003) aponta que a noção de família implica a interiorização de experiências, percepções e valores que serão transmitidos para outras relações, independentemente de sua natureza. A forma como os papéis, as negociações e as resoluções de conflitos se deram na família de origem, assim como a definição de regras ao longo das relações, são internalizadas pelos filhos e transmitidas para as próximas gerações. Portanto, as experiências familiares influenciarão as decisões e escolhas amorosas dos membros, fundamentadas em uma representação simbólica criada pela família e pelo contexto sociocultural em que estão inseridos. Os processos de separação e individuação impactarão como cada indivíduo ajusta seus ideais pessoais à vivência da conjugalidade, refletindo um período de transição no desenvolvimento humano que altera sua realidade e a de sua família de origem, interligando-se não apenas ao Ciclo de Vida Individual, mas também ao Ciclo de Vida Familiar (Carter; McGoldrick, 1995).

2. Métodos

O presente estudo adotou um delineamento de natureza qualitativa, utilizando-se do método bibliográfico. A abordagem qualitativa é entendida como uma análise e interpretação das informações extraídas das fontes bibliográficas, visando uma compreensão aprofundada das ideias e argumentos apresentados pelos autores (Pitanga, 2020).

Segundo Rother (2007), uma revisão da literatura bibliográfica é um tipo de pesquisa onde se busca resultados em documentos, livros ou lista de obras como base teórica para um determinado assunto ou objetivo, visando adquirir e reabastecer seu conhecimento sobre o tema.

A pesquisa bibliográfica é essencial para o desenvolvimento da elaboração de um artigo científico, pois permite conhecer de forma ampla os estudos. Os instrumentos utilizados na realização da pesquisa são: livros, artigos científicos e eletrônicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas que já foram publicadas (Sousa, 2021).

Os estudos que compõem o *corpus* da presente pesquisa foram obtidos nas bases Google Acadêmico e Scielo, documentários, além de livros online e, bibliotecas particulares e da Faculdades Promove de Sete Lagoas-MG.

Para a pesquisa foram utilizadas as seguintes palavras-chave: transgeracionalidade, família de origem e história da violência conjugal. A princípio foi realizada a leitura apenas do título,

resumo e palavra-chave, tendo sido identificados 40 estudos possivelmente relevantes para a pesquisa.

Para a seleção dos estudos, os critérios de inclusão definidos foram as publicações realizadas nos últimos 19 anos, em português, na íntegra, e que estavam relacionados ao objetivo geral da pesquisa: Analisar os elementos que podem predispor as pessoas ao desenvolvimento da violência na relação conjugal.

A partir dos critérios de exclusão, foram descartados 20 estudos que não estavam alinhados com os objetivos da pesquisa, incluindo aqueles que eram repetidos ou duplicados. A presente pesquisa ocorreu no período de agosto à novembro de 2024.

3. Referencial teórico

3.1 O casamento hétero na contemporaneidade

Segundo Duarte (2005), para se discutir as percepções de conflito e violência conjugal, é essencial abordar algumas das questões contemporâneas que afetam a experiência da vida a dois. Nas últimas décadas, observa-se um crescente foco das pesquisas em psicologia na área de casais. Este fato está ligado a uma série de mudanças sociais, estruturais e políticas que ocorreram no século passado, levando à transformação do paradigma conjugal que antes dominava. Enquanto antigamente o casamento era principalmente um contrato formal entre famílias e grupos sociais, visando objetivos econômicos e políticos, atualmente suas bases são o amor e os afetos entre duas pessoas. Isso resultou em uma série de mudanças nas relações entre os cônjuges e numa visão completamente diferente da instituição do casamento em comparação com apenas algumas décadas atrás.

Para Duarte (2005), essas mudanças resultaram em alterações nas expectativas dos cônjuges, embora não exclusivamente. A relação passou a ser idealizada como um espaço em que cada indivíduo espera que seus desejos de ser amado, amar e ser compreendido sejam realizados, indo além da simples função de reprodução que antes era central na instituição do casamento. Como resultado, os cônjuges se tornam mais exigentes com a relação, mas também reconhecem que estão envolvidos em relações mais complexas, pois o percurso da vida a dois é uma jornada compartilhada sem perder a individualidade de cada um.

A dinâmica conjugal na sociedade contemporânea tem sido objeto de estudo para

diversos autores, incluindo Giddens (1993) e Bauman (2004), os quais discutem as incertezas geradas pela modernidade nos relacionamentos amorosos. De acordo com esses pensadores, as pessoas enfrentam o desafio de estabelecer laços afetivos significativos em uma era que apresenta obstáculos à formação de conexões sociais duradouras.

Zygmunt Bauman (2004) argumenta que na era da Modernidade, os laços afetivos se tornam mais frágeis devido ao aumento das relações de consumo que caracterizam nosso contexto histórico. No entanto, ele também reconhece que, mesmo nessa fragilidade, persiste a necessidade humana de conexão, embora esses relacionamentos sejam mais efêmeros e menos estáveis do que no passado. Bauman (2004) utiliza a metáfora do "amor líquido" para descrever a complexidade das relações afetivas contemporâneas, enfatizando sua fluidez e falta de solidez. Apesar da natureza transitória do amor, é notável como ainda é buscado e valorizado como algo duradouro, mesmo sabendo que sua duração pode ser mais curta do que se espera. O autor sugere que, devido à insegurança associada a essa fluidez, as pessoas tentam controlar seus relacionamentos amorosos de maneira semelhante à forma como gerenciam investimentos no mercado financeiro, buscando estabilidade em um ambiente instável.

Nesse contexto, observa-se que, de forma geral, as relações afetivas estão se tornando mais rápidas e menos duradouras (Bauman, 2004), com a dissolução dos vínculos entre casais tornando-se cada vez mais comum, seja por separação ou divórcio. Segundo Féres-Carneiro (2003), o divórcio é um processo doloroso e uma das principais questões enfrentadas na prática clínica da psicologia. Anton (2002), complementa que tanto a separação quanto o divórcio estão frequentemente envolvidos em conflitos, e para compreendê-los adequadamente, é necessário considerar a história familiar, pois são fenômenos que têm raízes em aspectos transgeracionais. Ele sugere que a escolha do parceiro e a posterior separação podem refletir níveis de saúde ou patologia determinados por padrões de relacionamento que atravessam as fronteiras do sistema familiar.

3.2 A família de origem e a predisposição à violência

De acordo com Costa (2018), a família de origem desempenha um papel fundamental na formação da identidade de seus membros, fornecendo referências e garantindo a continuidade do grupo familiar. A transmissão de padrões e valores ao longo das gerações proporciona ao

indivíduo um senso de pertencimento e orienta os sistemas familiares futuros na criação de uma nova narrativa, mesmo que certas experiências e aprendizados se repitam ao longo da vida adulta.

De maneira geral, durante sua trajetória, as pessoas tendem a buscar um companheiro ou companheira, o que torna o casamento a instituição mais significativa em nossa sociedade, pois além de legitimar a união entre dois indivíduos, representa também o encontro entre duas famílias (Groisman, 2006). A maioria das pessoas acabará por se casar ou experimentar algum tipo de união em determinado momento de sua vida (Mosmann; Wagner; Féres-Carneiro, 2006).

Segundo as autoras Falcke e Féres-Carneiro (2011, p. 80):

Ninguém cria inteiramente uma nova história, mas se inclui em uma já existente que vem sendo marcada e traçada pelas antigas gerações. Sendo assim, as experiências na família de origem são tidas como base das relações futuras, influenciando desde sua escolha conjugal até o tipo de relacionamento que os casais constroem.

Sendo assim, desde a concepção, a pessoa é marcada pelos ideais e expectativas da família de origem, o que pode influenciar o seu desenvolvimento, e que ressalta o papel da família como transmissora de valores, significados e percepções que permitem a construção da subjetividade (Almeida, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2014).

Para Falcke e Féres-Carneiro (2011), os efeitos derivados da violência entre parceiros e sua continuidade são reconhecidos como um dos fatores que influenciam a saúde dos envolvidos, tanto antes, quanto depois das ocorrências de violência.

Ainda de acordo com Falcke e Féres-Carneiro (2011, p. 80):

Verifica-se que diversas abordagens teóricas buscam compreender a sequência de violências nas relações conjugais, e declara a existência de uma multiplicidade de fatores predisponentes que sustentam as situações de violência e que tais fatores além de transgeracionais podem ser emocionais, cognitivos, biológicos, sociais e comportamental o foco está na relação violenta estabelecida na diade de maneira interacional, através de um processo progressivo.

Segundo Colosso, Marasca e Falcke (2013), os efeitos da violência conjugal se estendem para além dos envolvidos, afetando especialmente os filhos desses casais com dificuldades relacionais. Embora o padrão de comportamento violento dos pais seja um fator que pode predispor à continuidade de relações conjugais conflituosas,

não é uma condição inevitável. Isso evidencia que nem todas as pessoas expostas à violência familiar replicarão esse padrão em seus relacionamentos íntimos, e nem todos os indivíduos que praticam violência têm experiências de violência e agressão em suas famílias de origem.

3.3 A Transmissão da Violência

Com base na concepção histórica da violência descrita por Moreira e Sousa (2012), esta é entendida como um elemento intrínseco aos eventos sociais, persistindo através de diversos períodos de tempo. A violência é tão antiga quanto a própria organização da sociedade, englobando definições de ação, coerção, impulsividade e incitação, resultando da autoridade exercida sobre outros indivíduos, grupos específicos ou mesmo sobre a sociedade como um todo.

Entretanto, ao que tange aos aspectos já mencionados acima, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002, p. 27) a define como:

A violência caracteriza-se como o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.

A transmissão da violência se manifesta de várias maneiras, por isso é essencial a priori compreender o conceito de transgeracionalidade. Esta por sua vez representa os componentes psíquicos que perpassam as histórias familiares e estão presentes nas gerações, através das figuras significantes (Medeiros, 2014).

De acordo com Wagner e Falcke (2001), a transgeracionalidade pode exercer influência na seleção do parceiro conjugal, uma vez que os indivíduos procuram por semelhanças e complementaridades, buscando alinhar as crenças de suas respectivas famílias. Assim, esse fenômeno não se restringe apenas ao passado, ele também incorpora os aspectos singulares que moldam a formação das subjetividades individuais, conferindo um novo significado a esse sistema familiar.

De acordo com as pesquisas de Almeida (2008), os processos de transmissão da violência contra as mulheres, que são as principais vítimas, não apenas reconfiguram suas próprias memórias e narrativas individuais e familiares, mas também influenciam a biografia coletiva daquelas que já sofreram violência.

Entende-se que a repetição dos padrões abusivos nas narrativas familiares é transmitida para os descendentes e sucessores, pois muitas

mães não conseguiram fornecer um ambiente seguro para seus filhos devido à falta de apoio das redes sociais para lidar com a violência, como discutido por Almeida (2008).

Assim, essas experiências se irradiaram em suas vidas, tornando-as incapazes de denunciar suas próprias histórias de violência, abuso e excessos. Elas acabaram por se acostumar a conviver com tais situações, como se fossem normais e aceitáveis, espelhando-se nas figuras maternas e familiares que não as protegeram. Como resultado, esses padrões são transferidos para seus próprios filhos, perpetuando o ciclo de abuso e tornando-se vítimas em seus relacionamentos conjugais. Dessa forma, reconstrói-se o cenário familiar característico dos sistemas abusivos (Almeida, 2008).

3.4 Visão Sistêmica e o Processo Transgeracional

Na terapia sistêmica, a transgeracionalidade é compreendida como uma abordagem terapêutica que considera os comportamentos dos indivíduos em relação ao contexto relacional em que estão inseridos. Além disso, envolve a interpretação, compreensão e análise da causalidade recursiva entre comportamentos, ações, interações e diálogos dentro da família (Camicia; Silva; Schimdt, 2016).

Destaca-se ainda que, no que diz respeito ao processamento da transgeracionalidade, os estudos de Muray Bowen são fundamentais. Segundo Bowen, para que um sistema esteja envolvido em uma transmissão transgeracional, ele primeiro passa por um conceito crucial chamado diferenciação do self, pilar essencial dos estudos da terapia familiar boweniana, consiste na capacidade de pensar de forma independente diante das pressões emocionais decorrentes da falta de diferenciação intrapsíquica. Essa habilidade é compreendida como a competência para discernir entre sentimentos, percepções, conceitos, opiniões e pensamentos (Nichols; Schwart, 2007).

Um dos fatores que contribuem para a falta de diferenciação do self nos indivíduos está relacionado ao processo afetivo presente nos núcleos familiares, como o apego emocional que ocorrem nas relações entre pais e filhos. Essas dinâmicas podem influenciar a capacidade do indivíduo de desenvolver uma identidade distinta e independente dentro do sistema familiar (Nichols; Schwart, 2007).

Ainda segundo Nichols e Schwart (2007), a transmissão multigeracional desempenha um papel significativo na compreensão da transgeracionalidade, pois esse processo de

transmissão multigeracional descreve como os padrões e esquemas familiares são passados de uma geração para outra. A ansiedade é parte integrante desse processo de transmissão multigeracional, uma vez que influencia o estado afetivo e emocional dos filhos até a terceira geração.

O mandato transgeracional segue no interior das gerações em uma dimensão psíquica, a qual na maior parte das ocorrências se passa sobre elevação inconsciente, essas heranças recebidas constroem atribuições em conexão doado, estabelecendo vínculos pelo meio do que dá é o que recebe, sobre essa razão o legado assegura a existência não só transgeracional, mas também é facilitador da sobrevivência dos sistemas (Nichols; Schwart, 2007).

Essa abordagem se diferencia e se distingue das demais por acreditar que as pessoas, os problemas e as dificuldades descritas por elas são contextualizados, ou seja, estão inseridos em padrões e princípios correlacionais e instituídos que se conectam ao longo do tempo por meio de ações, recursos e processos circulares, em oposição aos processos lineares (Camicia; Silva; Schimdt, 2016).

Deste modo, os processos transgeracionais presentes na transmissão psíquica, quando intensificados nas relações, podem levar ao estágio da violência, tanto no âmbito social quanto nas relações conjugais. Isso ocorre quando padrões disfuncionais, traumas não resolvidos e dinâmicas de poder desequilibradas são transmitidos ao longo das gerações, contribuindo para a perpetuação de comportamentos violentos e abusivos.

4. Análise e discussão dos dados

Com base na teoria discutida, os autores pesquisados concordam que a violência nas relações conjugais é um fenômeno que atravessa o tempo e as gerações, refletindo transformações nos vínculos entre os casais. O objetivo é compreender como essas mudanças impactam a união ou separação dos casais diante de conflitos e diferenças que surgem no relacionamento. O foco da investigação está em identificar, por meio da transgeracionalidade, se as causas da violência conjugal estão associadas a componentes psíquicos que perpassam as histórias familiares e se reproduzem nas gerações seguintes. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender os processos envolvidos na transmissão transgeracional da violência conjugal, que podem levar os indivíduos a repetir padrões de comportamento relacional marcados pela mesma. Ao explorar essas questões, se pretende contribuir para uma melhor compreensão dos mecanismos que perpetuam a violência e como esses padrões

se estabelecem e se mantêm ao longo do tempo.

De acordo com Medeiros (2014), a violência está interligada à transgeracionalidade do indivíduo, como uma herança que torna a pessoa um sucessor e receptor das informações transmitidas ao longo das gerações. Essa dinâmica é complexa e interconectada, refletindo a maneira como os indivíduos assimilam essas informações em suas famílias de origem. Ainda segundo Medeiros (2014), os costumes e valores transmitidos ao longo das gerações criam um vínculo entre o indivíduo e seu passado, promovendo um enraizamento e um sentimento de pertencimento. Isso ocorre porque o ambiente familiar é o primeiro a fornecer os valores e informações essenciais para a formação da personalidade.

Entretanto para Almeida (2014), destaca-se que os conteúdos propagados, disseminados e carregados pelas famílias muitas vezes não são completamente compreendidos, resultando em resquícios nas narrativas familiares que são reproduzidas ao longo das gerações. Isso acontece porque esses processos transgeracionais referem-se aos legados que são transmitidos de uma geração para outra, favorecendo o desenvolvimento do sujeito.

Segundo Wagner e Falcke (2001), a transgeracionalidade pode exercer influência na escolha do cônjuge, uma vez que os indivíduos tendem a buscar semelhanças e complementaridades, o que reflete uma sintonia entre as crenças das respectivas famílias de origem. Assim, a transgeracionalidade não se limita apenas ao passado, mas também incorpora aspectos únicos na formação das subjetividades, conferindo um novo significado a esse sistema familiar.

Rosa e Falcke (2014), em sua análise, afirmam que os fatores de risco associados à violência conjugal podem estar relacionados à ausência de liberdade, o que impede que os indivíduos ajam de acordo com sua própria vontade. Dentro desse sistema, prevalece a subordinação baseada em estereótipos, onde tanto o agressor quanto a vítima acreditam que o vitimador é o único responsável e detentor da autoridade na relação. Além disso, o ciclo de significados que legitima o abuso acaba por justificar, de certa forma, as atitudes violentas do agressor.

A organização da dinâmica conjugal violenta é complexa e difícil de compreender. Isso se deve ao fato de que não conhecemos plenamente os fatores determinantes que se tornam predisponentes para essa prática. Assim, afirmar que essa violência é resultado de uma transmissão

psíquica através das gerações pode parecer incoerente. Afinal, indivíduos que foram vítimas de padrões violentos na infância têm a capacidade de romper com essas histórias e escrever um novo capítulo em suas vidas, decidindo não perpetuar esse comportamento.

A violência conjugal é um fenômeno multifatorial que envolve, as vivências dos papéis masculinos e femininos na sociedade e na família. Por isso, o pensamento sistêmico privilegia as relações interpessoais, destacando o contexto (tempo e espaço) em que o indivíduo está inserido (Vasconcellos, 2003). Essa abordagem avança de um modelo linear de causa e efeito para um modelo circular de padrões interacionais. Além disso, considera o indivíduo como um ser social que não apenas é influenciado pelo contexto, mas também exerce influência sobre ele (Minuchin, 2008).

Portanto, a terapia sistêmica prioriza, acima de tudo, o contexto relacional em que o indivíduo está inserido, uma vez que, para que as intervenções sejam mais eficazes, é fundamental considerar não apenas os indivíduos, mas também os sistemas humanos em sua totalidade.

De acordo com a Teoria Sistêmica, a família é considerada a matriz de identidade de seus membros, proporcionando um sentimento de pertencimento, ao mesmo tempo em que permite a separação e individuação de cada um (Costa, 2010). Féres-Carneiro (2003) ressalta que a noção de família implica a interiorização de vivências, percepções e valores que serão transferidos para as demais relações, independentemente de sua natureza. A maneira como os papéis, as negociações e as resoluções de conflitos foi conduzida na família de origem, assim como a forma como as regras foram estabelecidas ao longo das relações, são herdadas e internalizadas pelos filhos, além de serem transmitidas às gerações subsequentes.

Dessa forma, as vivências familiares exercerão influência nas decisões e escolhas amorosas de seus membros, que estão diretamente fundamentadas em uma representação simbólica construída pela família, assim como pelo contexto sociocultural em que esses indivíduos estão inseridos. Os processos de separação e individuação impactarão a maneira como o sujeito ajusta seus ideais pessoais à experiência da conjugalidade. Este período de transição no desenvolvimento humano modifica não apenas a realidade do indivíduo, mas também a de sua família de origem, relacionando-se tanto ao seu Ciclo de Vida Individual quanto ao Ciclo de Vida Familiar (Carter, 1995).

A transição para a fase de união do casal

pode ser uma das mais complexas, devido às ambivalências presentes na sociedade moderna sobre o papel dos cônjuges, além do fato de que cada parceiro traz consigo as influências sociais e culturais de sua família de origem (Carter, 1995). Por outro lado, as experiências ao longo do Ciclo de Vida Familiar permitem que certas transformações ocorram durante a vivência da relação conjugal, alterando a forma como os cônjuges interagem entre si. Essas mudanças podem modificar o comportamento de ambos, ajustando as interações familiares, sejam elas funcionais ou disfuncionais (Féres-Carneiro, 2003).

Assim, em famílias onde as relações são marcadas por autoritarismo e rigidez, sem a presença de fatores de proteção internos ou externos que possam alterar esse padrão, há maior probabilidade de que ocorram repetições de comportamentos violentos. Nesses casos, os membros dessa família podem tender a resolver seus conflitos e estabelecer relacionamentos conjugais semelhantes aos vivenciados e internalizados, possivelmente reproduzindo a violência como base das relações. No entanto, o ciclo de violência pode ser interrompido se existirem fatores de proteção no contexto familiar, como uma rede de apoio social, coesão familiar (a união e apoio emocional entre familiares, promovendo um ambiente seguro e saudável) e a resiliência dos cônjuges (a capacidade do casal de enfrentar e superar juntos adversidades, fortalecendo a relação) que possibilitem a ressignificação das experiências e a transformação dos padrões relacionais familiares (Rosa; Falcke, 2011).

Atualmente, a família é compreendida como um grupo de pessoas unidas principalmente por laços afetivos, ao invés de ser definida exclusivamente pelos critérios de consanguinidade e coabitação, como anteriormente se caracterizava. No entanto, esses laços não se limitam a expressões de carinho e afeto, pois a violência também se manifesta em muitos núcleos familiares, gerando impactos significativos na vida de pais e filhos (Rosa, Falcke, 2011).

Ainda segundo Rosa e Falcke (2011), existem diversas formas de violência familiar, como abuso físico, emocional, sexual e negligência, as quais constituem fatores de risco para o desenvolvimento posterior do indivíduo. Um fator de risco é definido como uma variável que aumenta a probabilidade de um efeito negativo ocorrer no indivíduo quando este é exposto a tal variável. Indivíduos que vivenciaram ou testemunharam violência em sua família de origem têm maior probabilidade de reproduzir esse comportamento na vida adulta.

Com base nessa perspectiva, ao discutir o

processo de violência, considera-se o caráter interacional, que não pode ser entendido como uma construção individual, mas sim como uma trama relacional na qual todas as partes envolvidas se influenciam de maneira recursiva (Santos; Moré, 2011). Dessa forma, a delimitação clara entre agressor e agredido torna-se complexa. A posição de cada envolvido, produto desse processo de construção, dependerá diretamente do contexto histórico, geracional e social em que a situação de agressão ocorre (Scantamburlo; Moré; Crepaldi, 2013).

Ao compreender a violência sob a perspectiva relacional, é importante identificar a magnitude, a frequência e a duração da exposição à violência nas relações conjugais. Grupos que experienciam episódios esporádicos de violência diferem daqueles que vivenciam a violência de forma cotidiana. Nesse contexto, Bolze, Schmidt, Crepaldi e Vieira (2011) diferenciam conflito conjugal de violência conjugal, sendo o primeiro inerente a toda relação humana e podendo gerar novas oportunidades e transformações para os envolvidos. A violência, por outro lado, é uma forma específica de lidar com os conflitos, podendo ou não ser adotada pelos casais.

Dentro da perspectiva relacional sistêmica, a violência conjugal pode ser entendida como um processo que envolve contexto, embate relacional e comunicação entre os membros da família. Assim, a violência no âmbito familiar se sustenta em um processo contínuo, ancorado nas interações relacionais e comunicacional entre os membros ao longo do tempo, estabelecendo uma dinâmica particular. Essa forma de compreender o processo de violência está em consonância com Almeida (2008), que afirma que o maltrato, visto como uma forma de violência, assume um caráter comunicacional, o qual deve ser reconhecido e transformado para que o sistema familiar possa evoluir de forma madura, sem se sentir ameaçado na sua própria coesão interna.

É importante destacar que abordar o fenômeno da violência conjugal sob a perspectiva relacional sistêmica implica na corresponsabilização de todos os envolvidos no processo de construção da situação de violência. Conforme apontado por Cunha *et al.* (2011), um ato de violência requer um autor e uma vítima, mas o processo pelo qual tal ato se tornou possível envolve a participação de todos os integrantes do contexto. Dessa forma, não se retira a responsabilidade concreta do agressor em relação à violência, devendo ele ser legalmente responsabilizado por seus atos, enquanto a vítima deve ser cuidada e protegida. A contribuição da perspectiva relacional diante do fenômeno da violência refere-se à criação de um espaço para

reflexão sobre o processo e a dinâmica relacional que permitiu o ato, visando prevenir possíveis reincidências e a cristalização de papéis.

Considerações finais

Na intervenção psicológica com famílias que sofrem em decorrência da violência, a utilização do conceito de transgeracionalidade tem se mostrado um recurso valioso para qualificar a escuta, permitindo um entendimento mais amplo e contextualizado do fenômeno, com base na história geracional da família. É essencial refletir e reconhecer que a violência, em suas diferentes formas: física, psicológica, sexual, entre outras, é sempre prejudicial e danosa. Como afirmam Stelko-Pereira e Williams (2010), não cabe hierarquizar a violência com base em sua intensidade ou tipo, pois, independentemente de sua modalidade, a violência gera consequências negativas tanto físicas quanto relacionais e emocionais.

Da mesma maneira, dependendo do posicionamento teórico-epistemológico adotado pelo profissional ou pesquisador sobre a transmissão geracional, pode-se cometer o risco de uma visão determinista e fragmentada do fenômeno. Tal perspectiva desconsidera a capacidade da família de mobilizar recursos para mudanças e desenvolver novas formas de interação, limitando a compreensão de alternativas na dinâmica conjugal, uma vez que os padrões são vistos como presos a um ciclo perpétuo de transmissão.

Este presente trabalho de pesquisa propõe uma reflexão sobre a possibilidade de o profissional adotar um modelo que integre contribuições para o processo de transmissão geracional, fundamentado em uma perspectiva relacional, contextualizada e ampliada, valorizando, sobretudo, os recursos potenciais do sistema familiar.

Diante desse entendimento, torna-se fundamental uma postura que busque constantemente tornar a violência visível e intervir

em qualquer de suas formas. Nesse sentido, é importante destacar que a violência é sustentada por um processo de coparticipação entre todos os membros da família. Ao adotar essa abordagem, o profissional não atribui a responsabilidade exclusivamente a um indivíduo, mas busca compreender como os diferentes elementos envolvidos no processo contribuem para a construção das relações violentas dentro do sistema familiar. Dessa maneira, promove-se uma reflexão sobre as mudanças necessárias para que cada um dos envolvidos possa atuar na prevenção da perpetuação da violência.

Agradecimentos

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que me apoiaram ao longo desta jornada acadêmica. Ao meu marido, Rodrigo, pelo incansável apoio, incentivo e compreensão em cada etapa deste processo, permitindo que me dedicasse aos estudos e alcançasse este objetivo. Aos meus três filhos, que, com seu amor incondicional, foram minha fonte de inspiração e força. Este trabalho também é fruto do carinho e paciência que recebi de vocês.

Agradeço, de forma especial, à supervisora Lillian Baia, cuja orientação, apoio e incentivo foram fundamentais para a construção deste trabalho final de curso. Sua dedicação e sabedoria contribuíram imensamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Agradeço também à coordenadora do curso de Psicologia, Ana Flávia Seabra, por sua liderança e orientação ao longo da minha trajetória acadêmica, bem como aos demais professores, que compartilharam seus conhecimentos e me motivaram ao longo dessa caminhada. E, finalmente, um agradecimento especial aos meus colegas de turma, cuja amizade e troca de experiências enriqueceram essa jornada de aprendizado e crescimento.

A todos, meu sincero e profundo agradecimento.

Referências

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A força do legado transgeracional numa família. São Paulo: **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 2, n. 10, p. 215-230, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 nov. 2024.

ANTON, Iara Camaratta. **Homem e mulher**: seus vínculos secretos. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

BACAL, Maria Elisa Almeida; MAGALHÃES, Andreia Seixas; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. Porto Alegre: **Psico**, v.45, n.4, p. 454-462, out-dez 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/15344>>. Acesso em: 3

nov. 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BERLINSKI, Rosane. O autor de violência incluído no atendimento de terapia de família: desconstruindo papéis, reconstruindo mundos. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v.20, n.41, p.119-126, 2016. Disponível em <<https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/209>>. Acesso em: 10 set. 2024.

BOLZE, Simone Dill Areredo; SCHMIT, Beatriz; CREPALDI, Maria Aparecida; VIEIRA, Mauro Luis. Conflito conjugal: uma revisão da produção científica brasileira. **Pensando famílias**, vol15, n.2, 2011.

CAMÍCIA, Edgmara Giordani; SILVA, Stefany Bischoff da; SCHMID, Beatriz. Abordagem da Transgeracionalidade na terapia sistêmica individual: um estudo de caso clínico. Serra Gaúcha: **Pensando Famílias**, v. 1, n. 20, p. 68-82, abr. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2016000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 nov. 2024.

CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica; VERONESE, Maria Adriana Verissimo. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2ªed. Artmed, 1995.

COLOSSO, Patrícia Manozzo; MARASCA, Aline Riboli; FALCKE, Denise. Violência conjugal e família de origem: Uma revisão sistemática da leitura de 2006 a 2011. Ribeirão Preto: **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 1, p. 221-243, jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 out. 2024.

COLOSSI, Patrícia Manozzo; MARASCA, Aline Riboli; FALCKE, Denise. De geração em geração: Violência conjugal e família de origem. Porto Alegre: **Psico**, v.46, n.4, p. 436-502, dez. 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712015000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 set. 2024.

CORDEIRO, Virgínia Buarque. Abordagem Sistêmica com casais e famílias. *In*: FREIRE, Lucia. **Terapia Familiar**: Múltiplas Abordagens com Casais e Famílias. Editora Appris, 2020.

COSTA, Liana Fortunato. A perspectiva sistêmica para a clínica da família. Brasília: **Psicologia- teoria e pesquisa**, v. 26, p. 95-104, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000500008>>. Acesso em: 10 set. 2024.

COSTA, Ramona Daniela Bernardo; COSTA, Crístoper Batista da; MOSMANN, Clarisse Pereira; FALCKE, Denise. Experiências na família de origem que repercutem no clima familiar dos descendentes. Rio de Janeiro: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 2, p. 408-425, ago. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 set. 2024.

DUARTE, Cidália. **Percepções de conflito e violência conjugal**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, 2005. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/19957>>. Acesso em: 06 set. 2024.

FALCKE, Denise; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Reflexões sobre a violência conjugal: Diferentes contextos, múltiplas expressões. *In*: WAGNER, Adriana. **Desafios Psicossociais da Família Contemporânea**: Pesquisas e Reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. Natal: **Estudos de Psicologia**, v.8, n.3, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2003000300003>>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

FREITAS, Josiane Ribeiro. **A transgeracionalidade da violência conjugal e suas influências nas relações familiares**. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, 2019. Disponível em: <<https://ulbra-to.br/bibliotecadigital/publico/home/documento/1227>>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2ªed. São Paulo: Unesp, 2003.

GROISMAN, Moises. **O código da família**: mandamentos que devem reger as relações familiares. Rio de Janeiro: Núcleo Pesquisas, 2006.

MEDEIROS, Ana Paula. **Psicodinamismos de tendência antissocial**: um estudo transgeracional. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em:<<https://doi.org/10.11606/D.59.2014.tde-05012015-140627>>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

MINUCHIN, Salvador; LEE, Wai-Yung; SIMON, George M. **Dominando a terapia familiar**. 2ªed. Artmed, 2008.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA, Sonia Margarida Gomes. **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes**: do espaço privado à cena pública. São Paulo: O Social em Questão, ano XV, n. 28, 2012. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552256742002>>. Acesso em: 28 de ago. 2024.

MOSMANN, Clarisse; WAGNER, Adriana; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Qualidade conjugal: mapeando conceitos. Paidéia (Ribeirão Preto): **Pesquisas Teóricas**, v.16, n.35, p. 315-325, dez. 2006. Disponível em:< <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000300003> >. Acesso em: 08 de ago. 2024.

MUSSUMECI, Aline Amaral; PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco. Ciclo de vida conjugal: momentos de estresse previsíveis e imprevisíveis ao longo do casamento. Belo Horizonte: **Psicologia em Revista**, v. 25, n. 3, p. 1171-1193, 2019. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 de ago. 2024.

NICHOLS, Michael. P.; SCHWARTZ, Richard. C. **Terapia familiar**: Conceitos e métodos. 7ªed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OGASSAVARA, Dante *et al.* **Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa**: contribuições e aplicabilidade. Ensino & Pesquisa, v.21, n.3, 2023. Disponível em:< <https://doi.org/10.33871/23594381.2023.21.3.7646>>. Acesso em: 17 set. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. Washington: OMS, 2002. Disponível em:< <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2024.

PITANGA, Ângelo Francklin. Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 184-201, 2020. Disponível em:< <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/299>>. Acesso em: 19 set. 2024.

ROSA, Larissa Wolff da; FALCKE, Denise. Violência conjugal: Compreendendo o fenômeno. Ribeirão Preto: **Revista SPAGESP**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2014. Disponível em:< http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2024.

ROSA, Larissa Wolff da; FALCKE, Denise. Rompendo o ciclo de violência doméstica. **Anais do III Congresso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR**. Faculdade de Psicologia - Universidade de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011. Disponível em: < <https://www.academica.org/000-052/245.pdf/>>. Acesso em: 19 set. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistêmica X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v.20, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. Ribeirão Preto: **Paidéia**, v.21, n.49, p. 227-235, ago. 2011. Disponível

em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-863X2011000200010>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SCANTAMBURLO, Natalia Pinheiro; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; CREPALDI, Maria Aparecida. O processo de transmissão intergeracional e a violência no casal. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. 21, n. 44, p. 35-48, 2013. Disponível em: <<https://revistanps.com.br/nps/article/view/250>>. Acesso em: 19 set. 2024.

SOUSA, Angélica Silva de; Oliveira, Guilherme Saramago de; Alves, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica; princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v.20, n.43, 2021. Disponível em <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 17 set. 2024.

STELKO-PEREIRA, Ana Carina; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Sobre o conceito de violência: distinções necessárias. *In*: WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Pesquisa e Intervenção Cognitivo-Comportamental**. Campinas: ESETEC, 2010.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 10ªed. Papyrus Editora, 2003.

WAGNER, Adriana; FALCKE, Denise. Satisfação conjugal e transgeracionalidade: Uma revisão teórica sobre o tema. **Psicologia Clínica**, v.13, n.2, p.1-15, 2001. Disponível em <<https://search.worldcat.org/pt/title/Satisfacao-conjugal-e-transgeracionalidade/oclc/70028491>>. Acesso em: 17 set. 2024.